

APRESENTAÇÃO

Apresentamos aos leitores o Dossiê “Educação do Campo”, neste número 61 da Revista da FAEEBA, Educação e Contemporaneidade. A partir da mobilização de estudiosos da temática, de 18 IES diferentes, entre federais e estaduais, de todas as regiões do país, e com a colaboração de integrantes de movimentos sociais do campo, o desenho do referido Dossiê foi concebido buscando trazer pesquisas que pudessem apresentar análises sobre os resultados e desafios enfrentados na materialização das principais políticas públicas de Educação do Campo no país.

A execução dessas políticas tem ainda se mantido a partir da luta e da resistência dos coletivos organizados nas IES, em parceria com os movimentos sociais e sindicais, que têm compreensão da centralidade da Educação do Campo para a construção do projeto de desenvolvimento territorial camponês, visto que praticamente não há mais apoio do Estado para a realização destas políticas. Ao contrário. Há imensos retrocessos.

Vivencia-se um intenso processo de criminalização das lutas sociais do campesinato e de seus aliados, com simultânea intensificação de violentas ações de despejos de ocupações existentes há anos, inclusive com produções orgânicas consolidadas, cujos alimentos servem de apoio às Escolas do Campo destes territórios, como os recentes episódios no Pará, no Ceará, na Bahia e no Paraná, entre tantos outros. Registra-se uma drástica diminuição das condições de permanência dos estudantes indígenas, quilombolas e camponeses nas IES, visto terem cessado parte significativa dos recursos públicos que viabilizavam esta permanência, através de vários projetos da extinta SECADI. Intenta-se também penalizar ações universitárias comprometidas com o campesinato, com muitos professores que desenvolveram e desenvolvem projetos de extensão e pesquisa em Educação do Campo, sofrendo processos

administrativos, que buscam inviabilizar e impedir a presença da Universidade junto às populações do campo.

Os docentes das universidades públicas brasileiras, em parceria com os movimentos sociais e sindicais do campo, e com vários coletivos de educadores das redes de Educação Básica que atuam nas Escolas do Campo, seguem desenvolvendo, não sem muitas dificuldades e desafios, ações formativas a partir das principais políticas públicas conquistadas pelo Movimento Nacional de Educação do Campo, como o PRONERA, o Escola da Terra, as Licenciaturas em Educação do Campo, entre outras.

Objetivando socializar e promover a reflexão sobre os resultados dessas ações formativas, este Dossiê foi organizado buscando dialogar com a própria materialidade de origem da Educação do Campo, que almeja entender não só as contradições presentes em cada dos elementos de sua tríade estruturante: Campo–Educação–Políticas Públicas, mas principalmente as intrínsecas relações entre elas.

Com a compreensão da imprescindibilidade da luta por ações estruturantes de transformação dos territórios camponeses, entre elas as lutas pela Reforma Agrária, pela Agroecologia e pela Soberania Alimentar, buscou-se priorizar, no primeiro bloco de artigos deste Dossiê, reflexões sobre as ações de algumas universidades em diferentes territórios camponeses, que têm conseguido desenvolver atividades de longo prazo, integrando ensino, pesquisa e extensão em Educação do Campo, a partir das demandas e necessidades dos povos do campo.

Os resultados apresentados nos artigos da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) e da Universidade Estadual do Ceará (UECE), tanto no âmbito da graduação quanto da pós-graduação, com a oferta de cursos em diferentes áreas do conhecimento, trazem experiências riquíssimas de processos formativos

nos quais tem se materializado a existência de um processo de produção do conhecimento diferenciado, vinculado aos embates sociais para transformação do campo.

Além das teses e dissertações citadas nos referidos artigos, que expõem as transformações que têm sido desencadeadas a partir das ações protagonizadas por estes sujeitos camponeses em formação nos seus territórios rurais de origem, são também apresentados marcos legais que foram conquistados a partir destas lutas conjuntas entre movimentos sociais e universidades. Neste sentido, um exemplo extremamente inspirador vem da Universidade Estadual do Ceará e dos movimentos sociais e sindicais locais, cujas ações comuns no território do Vale do Jaguaribe subsidiaram a elaboração do Decreto Estadual proibindo utilização de agrotóxicos no estado.

Essas ações ampliam a função social das universidades. Especialmente neste período histórico atual, de extrema disputa dos fundos públicos pelos reformadores empresariais da Educação, que buscam avançar nos marcos legais em direção cada vez mais acelerada à privatização da educação pública, os significativos projetos em desenvolvimento nessas IES mostram as potencialidades dessas parceiras, apresentando com fartos dados a importância da continuidade destas ações formativas realizadas no âmbito da contra-hegemonia. Relevante destacar que nos artigos da UNEB, da UFRB e da UECE é marcante a ação nos Territórios dos cursos do PRONERA, uma das mais importantes políticas públicas de Educação do Campo, e sem dúvida, uma das mais atacadas no contexto atual, com recorrente intencionalidade de agentes do Estado brasileiro de promoverem sua extinção.

Dando sequência às questões propostas à reflexão por este Dossiê, são apresentados, no segundo bloco, quatro artigos que perpassam uma das dimensões estruturantes da Educação do Campo: o protagonismo dos movimentos sociais e sindicais na construção e condução das políticas públicas que se desenvolvem a partir

desta concepção formativa, bem como seu papel de resistência à destruição dos direitos da classe trabalhadora. Seja no enfrentamento direto às ações do capital, que avança sobre os territórios camponeses, tal como relatado na luta de resistência do MAB à implantação das barragens, ou abordando as contradições que se desenvolvem na tensa relação entre os movimentos sociais e o Estado para a conquista de políticas públicas, passando pelo PRONERA, pelo PROCAMPO e pelo PRONACAMPO, tais artigos levantam questões cruciais a serem enfrentadas no debate teórico, pelas implicações diretas nas táticas e estratégias de lutas pela garantia do direito à educação dos camponeses. Historicamente, foi este protagonismo dos movimentos sociais e sindicais do campo na elaboração das políticas públicas até então conquistadas que fez profunda diferença na concepção das ações formativas por elas materializadas, garantindo perspectivas emancipatórias. Contudo, conforme alertam os textos, há uma redução cada vez maior desse protagonismo, com a asfixia da participação da sociedade civil na gestão destas políticas, inclusive com a extinção dos Conselhos Deliberativos das mesmas, como, por exemplo, a extinção da própria Comissão Pedagógica Nacional do PRONERA, na qual, historicamente, os movimentos sociais e sindicais tinha assento, voz e voto, ajudando a construir os rumos e as prioridades desta política pública.

Dando sequência a esse debate, integra também este Dossiê um bloco de quatro artigos que buscam analisar as contribuições de uma das mais importantes políticas de formação inicial no âmbito da Educação do Campo, que se concretiza a partir da oferta das Licenciaturas em Educação do Campo. Tais Licenciaturas, foram pensadas para formar educadores que fossem capazes de desencadear transformações na forma escolar tradicional, na direção da superação dos limites da escola capitalista. Para tanto, propõe a formação de docentes capazes de promoverem novas lógicas para a Organização Escolar e o Trabalho Pedagógico nas Escolas do

Campo, a partir das áreas de conhecimento e da auto-organização dos educandos.

Os artigos sobre a Licenciatura em Educação do Campo apresentados buscam refletir sobre a ação de seus egressos nas Escolas do Campo, bem como acerca dos desafios da formação por área de conhecimento, tanto para os educandos destes cursos, quanto para os próprios docentes das universidades públicas, que se veem desafiados a promoverem práticas formativas interdisciplinares, vinculadas à compreensão das contradições da própria realidade social das comunidades camponesas de onde vêm os educandos das LEdoCs. Também são apresentadas neste bloco reflexões sobre o trabalho com a Pedagogia da Alternância, que vem da experiência dos CEFFAs, e é incorporada como estratégia de oferta das LEdoCs.

Ainda buscando oferecer elementos teóricos que contribuam com a compreensão dos desafios contemporâneos enfrentados pela Educação do Campo para concretizar seus princípios e pressupostos, são apresentados no quarto bloco quatro artigos que tratam de diferentes aspectos de Escolas do Campo, abordando algumas questões centrais à materialização desta categoria, construída também pela luta camponesa. Um dos grandes desafios impostos atualmente a essas unidades escolares está na incorporação da Agroecologia como matriz formativa necessária à consolidação do projeto territorial camponês. Neste sentido, relevantes contribuições são apresentadas aos desafios teóricos práticos a serem enfrentados, em artigo que trata especificamente desta temática. Também são ainda estudadas outras importantes questões relativas à garantia do direito à educação escolar dos sujeitos camponeses, com indagações a respeito aos desafios enfrentados na consolidação dos princípios da Educação do Campo nas Escolas das Ilhas, e também com questionamentos sobre a recorrente ausência das especificidades da educação do campesinato na formação inicial de educadores nos cursos de Pedagogia. Aliada a questões estruturais, aspectos da maior relevância são objeto de

análise nesse bloco, em razão dos limites impostos pela Pandemia, que obriga educadores e gestores a se reinventarem, na perspectiva de não serem ainda mais precarizados os direitos dos sujeitos camponeses neste contexto atual tão complexo.

Continuando as reflexões sobre os desafios da atuação docente junto ao campesinato, são dispostos, no quinto bloco, dois textos que buscam refletir sobre uma política de formação continuada para educadores que atuam nas Escolas do Campo, que se materializa no Programa Escola da Terra. Apesar das inúmeras dificuldades para sua execução, tal Programa tem produzido resultados expressivos, conforme comprovam as preciosas experiências das Regiões Sudeste e Norte, analisadas nestes artigos, cujos questionamentos contribuem com a compreensão crítica dos limites, mas também das potencialidades dessa política. Destaca-se um significativo aspecto desta política no presente cenário de retrocesso dos marcos legais das políticas de formação docente: o Escola da Terra reafirma a formação continuada como um direito dos educadores e uma obrigação do Estado, devendo ser pelo mesmo custeada, e ter permanência, visto ser imprescindível a continuidade da formação dos educadores para qualificação contínua da educação pública.

Expressamos nossa gratidão a todas as pesquisadoras e pesquisadores que se dispuseram a socializar neste Dossiê suas reflexões, que compõem uma riquíssima mostra da dimensão que tem hoje a Educação do Campo no Brasil. Desde a Educação Básica à Pós-Graduação, seja em políticas de formação inicial ou continuada, estão em curso, nas IES brasileiras, com a presença e participação dos sujeitos camponeses, processos formativos que almejam não só a elevação dos níveis de escolaridade da classe trabalhadora, mas também contribuir com a própria emancipação humana.

Por fim, agradecemos à Equipe da Editoria da Revista Educação e Contemporaneidade, que foi todo o tempo super atenciosa conosco, criando um excelente espaço de trabalho

coletivo, tal como propõem os princípios da Educação do Campo.

Desejamos que este Dossiê se transforme em mais uma ferramenta de luta, e que seja oxigênio puro, em tempos de ar tão rarefeito...

Março de 2021
Mônica Castagna Molina
Sandra Regina Magalhães de Araújo

* * *

O dossiê conta ainda com três artigos na Seção Estudos e uma Entrevista. O primeiro, *A educação como “água paralítica”: “novos” rumos das Políticas Públicas em Educação*, é de autoria de Caio Corrêa Derossi, Joana D’Arc Germano Hollerbach e Cecília Carmanini de Mello. No artigo os autores analisam a Lei nº 13.415/2017 e suas relações com as políticas públicas sugeridas pelo BID. Os autores discutem como a crescente implementação de ações de cunho neoliberal vem impactando a educação, com o entendimento de um ensino formativo para o trabalho precário. A gravidade da prática de tais políticas incide, assim, sobre a formação dos futuros docentes e dos estudantes filhos das classes trabalhadoras.

O segundo artigo, *A Avaliação Educacional como Política Pública de Resistência: o caso do SINAES*, de autoria de Roberto Araújo da Silva, analisa a atual política pública de avaliação da educação superior como meio de resistência ao conservadorismo. O autor apresenta o cenário da educação superior no país e explora aspec-

tos da concepção, implementação e efeitos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Conclui que o SINAES, como outras políticas públicas, passa por processo dinâmico de mudanças, mas permanece relevante como modo de repensar práticas no âmbito da educação superior.

O último artigo da seção Estudos é intitulado *Análise da qualidade dos cursos do Programa Universidade para Todos (ProUni)*. As autoras, Camila Yuri Santana Ikuta e Gladys Beatriz Barreyro, apresentam os resultados de uma pesquisa que investigou a qualidade dos cursos que ofertaram bolsas do Programa Universidade para Todos (ProUni).

Encerrando este volume da Revista da FAEEBA, a Entrevista com o físico Marcelo Gleiser, realizada por Stela Guedes Caputo, vem discutir de forma crítica temas que atravessam o atual cenário científico, político e sanitário brasileiro. A entrevista fala, portanto, das várias tragédias que vivemos, da pandemia ao obscurantismo religioso.

Estamos em março de 2021 e o Brasil tem a marca de quase 300.000 mortes por Covid-19. Finalizamos este volume da Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade nos solidarizando com as famílias brasileiras que não puderam e não poderão se despedir dos seus mortos, vítimas fatais da pandemia. Na esperança por dias melhores, continuemos na luta e no compromisso de não naturalizar a pandemia, de não naturalizar o desmatamento, de não naturalizar as queimadas que atingiram a Amazônia e o Pantanal. Continuemos no compromisso com a vida, humana e animal.

Os Editores